

Luciane Pereira da Silva Navarro  
(Organizadora)



# Bibliografia História da Mídia e da Imprensa

Atena  
Editora  
Ano 2019

**Luciane Pereira da Silva Navarro**

(Organizadora)

# **Bibliografia: História da Mídia e da Imprensa**

**Atena Editora  
2019**

2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Executiva: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Geraldo Alves  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

#### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof.ª Dr.ª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
B582	Bibliografia [recurso eletrônico] : história da mídia e da imprensa / Organizadora Luciane Pereira da Silva Navarro. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019.  Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-605-8 DOI 10.22533/at.ed.058190309  1. Jornalismo – Bibliografia. I. Navarro, Luciane Pereira da Silva. CDD 016.0704495
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

As páginas que você está prestes a ler vão conduzi-lo para além da mera constatação histórica sobre os caminhos percorridos pela imprensa nos últimos dois séculos. Os textos que compõem esta obra elástica vão levá-lo à compreensão singular de particularidades sobre o desenvolvimento da comunicação e do jornalismo sob as perspectivas política, cultural, social e histórica.

Ao percorrer os capítulos, especialmente no primeiro e último, você, leitor, encontrará textos que, habilmente construídos, suscitam a reflexão sobre as práticas comunicacionais em diferentes contextos políticos desde o Estado Novo, a Ditadura Militar até a crise recente enfrentada pelo Brasil e que culminou com o impeachment de Dilma Rousseff. A amplitude temporal dos textos torna perceptível a evolução do papel dos meios de comunicação, tradicionais e alternativos, ao longo do tempo e através da evolução tecnológica. No capítulo final, em especial, a política é o pano de fundo de grande parte dos textos que, ao cabo, vão ajudá-lo a compreender tramas históricas que conduziram o jornalismo ao seu status atual, uma prática profissional em rápida e constante transformação.

As aproximações e afastamentos entre diferentes linguagens, formatos jornalísticos e práticas socioculturais estão organizadas no segundo capítulo: Mídia, Arte e Memória. Os artigos selecionados abordam desde quadrinhos, ilustração, documentarismo e street papers até jornalismo literário. Da trama tecida entre os títulos desta seção emana a compreensão do valor memorialístico do jornalismo, prática diária de registro da realidade e de escuta dos sujeitos, que contribui para a preservação da memória social.

Luciane Pereira da Silva Navarro

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
MÍDIA IMPRESSA, COMUNICAÇÃO E HISTÓRIA: BREVES CONSIDERAÇÕES E APROXIMAÇÕES	
<i>Giovana Montes Celinski</i> <i>Ivania Skura</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0581903091</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>11</b>
OS CEM ANOS DA IMPRENSA NO BRASIL: A COMEMORAÇÃO ATRAVÉS DA EXPOSIÇÃO E DOS CATÁLOGOS DO IHGB	
<i>Alvaro Daniel Costa</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0581903092</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>23</b>
A HISTÓRIA DA TV BRASIL ENCONTRANDO A SAÚDE: UM ESTUDO DE CASO	
<i>Vitor Pereira de Almeida</i> <i>Iluska Maria da Silva Coutinho</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0581903093</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>37</b>
ASPECTOS DA HISTÓRIA DO JORNALISMO ESPORTIVO	
<i>Thalita Raphaela Neves de Oliveira</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0581903094</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>50</b>
RADIOJORNALISMO NO BRASIL: UMA ANÁLISE DA EVOLUÇÃO CURRICULAR	
<i>Lourival da Cruz Galvão Júnior</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0581903095</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>62</b>
COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO: DAS TIC AOS DISPOSITIVOS MÓVEIS	
<i>Ana Graciela M. F. da Fonseca Voltolini</i> <i>José Serafim Bertoloto</i> <i>André Galvan da Silveira</i> <i>Ed Wilson Rodrigues Silva Júnior</i> <i>Lucinete Ornagui De Oliveira Nakamura</i> <i>Paula Viviana Queiroz Dantas</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0581903096</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>74</b>
O SURGIMENTO DA IMPRENSA EM MATO GROSSO E EM MATO GROSSO DO SUL	
<i>Danusa Santana Andrade</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0581903097</b>	

<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>85</b>
DESENVOLVIMENTO E DIFUSÃO DAS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS A PARTIR DE JORNAIS ESTADUNIDENSES DO SÉCULO XIX	
<i>Juliana de Kássia de Oliveira Angelim</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0581903098</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>97</b>
DA ILUSTRAÇÃO À TELA DA TV: A EVOLUÇÃO DA EXPRESSÃO ARTÍSTICA NAS REVISTAS BRASILEIRAS	
<i>Talita Souza Magnolo</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0581903099</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>114</b>
CONTRIBUIÇÕES DO JORNALISMO LITERÁRIO PARA A CONSTRUÇÃO DE PÓS-MEMÓRIAS NA COLONIZAÇÃO PORTUGUESA NA ÁFRICA DO SÉCULO XX	
<i>Flávia Arruda Rodrigues</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.05819030910</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>123</b>
O DOCUMENTÁRIO XICO STOCKINGER COMO LUGAR DE MEMÓRIA	
<i>Alini Hammerschmitt</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.05819030911</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>132</b>
JORNALISMO NA ERA DOS TESTEMUNHOS: UMA CHANCE DE APRENDER COM O CINEMA	
<i>Cristine Gerck Pinto Carneiro</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.05819030912</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>145</b>
OS <i>STREET PAPERS</i> COMO INSTRUMENTOS DE RESGATE DO CIDADÃO EM VULNERABILIDADE SOCIAL: ESTUDO DE CASO DA REVISTA OCAS”	
<i>Franklin Larrubia Valverde</i>	
<i>Marília Gomes Ghizzi Godoy</i>	
<i>Rosemari Fagá Viégas</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.05819030913</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>156</b>
CRIAÇÃO DA PRIMEIRA TV EDUCATIVA DO BRASIL - A IMPLANTAÇÃO DA TV UNIVERSITÁRIA, CANAL 11: EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E AS RELAÇÕES DE PODER	
<i>Maria Clara de Azevêdo Angeiras</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.05819030914</b>	

<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>169</b>
REPRESENTAÇÃO SOCIAL DE PODER E REBELDIA NO JORNALISMO IMPRESSO NO COMEÇO DO SÉCULO XX – LITERATURA E ANARQUISMO EM PERSPECTIVA HISTORIOGRÁFICA	
<i>Manuel Marquez Viscaíno Jr</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.05819030915</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>183</b>
CORRESPONDENTES BRASILEIROS NA SEGUNDA GUERRA E A SAÍDA PARA TRÊS TIPOS DE CENSURA	
<i>Rosamary Esquenazi</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.05819030916</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>192</b>
IMPrensa ALTERNATIVA E NEOPENTECOSTALISMO: ESTRATÉGIAS PARA UM MOMENTO DE CRISE POLÍTICA	
<i>Matheus Lobo Pismel</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.05819030917</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>202</b>
PORTFÓLIO DE ORLANDO BRITO: O FIM DA ERA DILMA NA REVISTA PIAUÍ	
<i>André Melo Mendes</i> <i>Mírian Sousa Alves</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.05819030918</b>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>215</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>216</b>

## CRIAÇÃO DA PRIMEIRA TV EDUCATIVA DO BRASIL - A IMPLANTAÇÃO DA TV UNIVERSITÁRIA, CANAL 11: EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E AS RELAÇÕES DE PODER

**Maria Clara de Azevêdo Angeiras**

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE),  
Recife – PE

\* Trabalho apresentado no Grupo Temático: GT 6 – História da Mídia Audiovisual e Visual, do Encontro Nordeste de História da Mídia, evento componente da Alcar - Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia, realizado na UFAL, de 04 a 05 de agosto de 2016.

**RESUMO:** Sob a égide da massificação da educação para a formação de recursos humanos capaz de atender às necessidades do desenvolvimento econômico do país, almejado pelo regime militar, a TV Educativa encontrou condições favoráveis para o sua implantação. Nas relações de poder, a política educacional e a regulamentação da radiodifusão como precursores da criação da TV Universitária, Canal 11. Nascia a primeira TV Educativa do Brasil.

**PALAVRAS CHAVE:** Educação, comunicação, televisão, história e radiodifusão.

**CREATION OF THE FIRST EDUCATIONAL TV OF BRAZIL - THE IMPLEMENTATION OF UNIVERSITY TV, CHANNEL 11: EDUCATION, COMMUNICATION AND POWER RELATIONS**

**ABSTRACT:** Under the aegis of the massification of education for the training of human resources capable of meeting the needs of the country's economic development, aspired by the military

regime, Educational TV found favorable conditions for its implementation. In power relations, educational policy and the regulation of broadcasting were presented as precursors of the creation of University TV, Channel 11 UHF. The first Educational TV in Brazil was born.

**KEYWORDS:** Education, communication, television, history and broadcasting.

### 1 | INTRODUÇÃO

Este artigo, apresentado no Encontro Nordeste de História da Mídia (2016) é parte da pesquisa de mestrado em Educação (PPGE/UFPE), com foco na Comunicação, “Televisão e Educação: História da criação da primeira TV Educativa do Brasil - TV Universitária, Canal 11” (2015), trazendo à tona, através de documentos históricos confrontados à História Oral e embasados na fundamentação teórica, o resgate histórico de uma história não documentada. Posteriormente, esse estudo deu origem ao livro: “TVU Canal 11 – A primeira TV Educativa do Brasil” (2018).

Antes de tratarmos sobre a criação da primeira TV Educativa do Brasil, é necessário explicitar que, definido pelo Decreto 236, de 28 de fevereiro de 1967, a radiodifusão educativa é o serviço de Radiodifusão sonora (rádio) ou

de sons e imagens (TV) destinado à transmissão de programas educativo-culturais, que, além de atuar em conjunto com os sistemas de ensino de qualquer nível ou modalidade, visa à educação básica e superior, à educação permanente e à formação para o trabalho, além de abranger as atividades de divulgação educacional, cultural, pedagógica e de orientação profissional.

Podem pleitear a outorga para a execução de serviços de radiodifusão com fins exclusivamente educativos as pessoas jurídicas de direito público interno, inclusive universidades, que terão preferência para a obtenção da outorga, e fundações instituídas por particulares e demais universidades brasileiras. É admitida, na radiodifusão educativa, apenas a transmissão de programas educativo-culturais. Os programas de caráter recreativo, informativo ou de divulgação desportiva poderão ser considerados educativo-culturais se neles estiverem presentes elementos instrutivos ou enfoques educativo-culturais identificados na sua apresentação (LOPES, 2011, p. 8).

Os valores e leis que fundamentaram a TV Educativa transitam pela política educacional e regulamentação da radiodifusão no Brasil, sob o impacto do cenário sociopolítico. O modelo desenvolvido o país levou em conta modelos de TVs educativas já existentes nos Estados Unidos, Japão e Itália. Referimo-nos ao período quando o conteúdo veiculado era regido pelos grilhões da censura, numa época em que a sociedade clamava por educação superior, em que houve simultaneamente à criação da primeira TV Educativa, o aumento do número de universidades federais no país em meio a novos aprendizados e tecnologias. Um Brasil que dormia em berço esplêndido e acordava entre Atos Institucionais, do ponto de vista jurídico coexistiam a Constituição e o Ato, o que negava vários capítulos da carta magna. O “estado de fato superava o estado de direito” (ALENCAR, CARPI, e VENÍCIO, 1996, p. 399).

O Brasil de 1968, apesar da baixa renda per capita, “ocupava o 9º lugar entre os 110 países com aproximadamente 4,5 milhões de receptores, apresentando uma produção anual de cerca de 500 mil unidades” (SOUZA, 1969, p. 293). Considerando, dentre outros aspectos, os inúmeros problemas existentes nas áreas da educação, saúde e agricultura, também o alto nível de crescimento demográfico, o avanço da industrialização e índices de 40% de analfabetismo, de acordo com então ministro da Educação e Cultura Jarbas Passarinho (1969), trazendo a necessidade imediata de integração nacional dentro das metas do governo militar, coube-nos uma reflexão sobre a potencialidade do uso da TV na minimização dos mesmos.

A educação brasileira teria como objetivos primordiais a formação de uma estrutura de recursos humanos capaz de atender às necessidades econômicas do País e ao aprimoramento do processo de democratização de oportunidades, indispensável a seu aperfeiçoamento político e social. [...] Não alcançaremos, entretanto, em toda a plenitude e a prazo razoável, as metas desejáveis se utilizarmos o sistema tradicional – a escola (SARAIVA, 1969, p. 266).

Nesse contexto, A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 4.024, de 20 de dezembro de 1961 previu em seu Artigo 99: “Aos maiores de 16 anos será permitida a obtenção

de certificado de curso ginasial, mediante a prestação de exames de Madureza, após estudos realizados em a observância de regime escolar.” A segunda LDB 5.692, de 11 de agosto de 1971, estabeleceu em seu Artigo 51: “Os sistemas de ensino atuarão junto às empresas de qualquer natureza, urbanas ou agrícolas, que tenham empregados residentes em suas dependências, no sentido de que instalem e mantenham, (...) receptores de rádio e televisão educativos para seu pessoal.” A entrada de capital estrangeiro resultou numa série de acordos MEC-USAID, realizados entre o Ministério da Educação e Cultura e a *United States Agency for Intenational Development* (USAID). Dentre as metas da USAID estava “modernizar os meios de comunicação de massa, com vistas a melhoria da informação e dos domínios da educação extraescolar” (ROMANELLI, 2012, p. 2018). Estava criado o cenário para a nascimento da primeira TV Educativa do Brasil.

## 2 | A IMPLANTAÇÃO DA TVU: EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E AS RELAÇÕES DE PODER

A ideia para o projeto da TV Universitária, emissora aberta (*broadcasting*) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), surgiu do pioneirismo do professor Manoel Caetano Queiroz de Andrade, catedrático de Engenharia e de Desenho Geométrico do curso de Arquitetura, que se empolgou com o uso de vídeo para ensinar Artes e Ofícios através da tese “Como Ensinar Desenho pela Televisão”, da professora Fernanda Ferracini, cuja pesquisa mostrou o uso da TV de forma institucional. Isso ocorreu no mês de outubro de 1963, durante I Congresso Brasileiro de Professores de Desenho, evento patrocinado pela congregação de Escolas de Belas Artes de todo o país, com o apoio do reitor Murilo Guimarães e do vice-reitor Jônio dos Santos Lemos.

Em julho do ano seguinte, em São Paulo, o professor Manoel Caetano pôde observar a constatação desse trabalho. Sob a orientação da Professora Marília Antunes um programa de TV obtinha melhoria dos níveis de aprendizado, como relatou o catedrático:

Voltando ao Recife, o Prof. Jônio Lemos, então Vice-Reitor da Universidade Federal de Pernambuco, se entusiasmou pela ideia e consultou o Reitor Murilo Guimarães, a respeito da possibilidade da instalação de uma estação aqui em Recife. Logo de pronto o Prof. Murilo Guimarães reagiu de uma forma favorável, achando que seria muito interessante, muito importante a realização de um trabalho desse tipo (ANDRADE, apud TVU 1999).

A iniciativa para pleitear a outorga de um canal educativo foi levada ao Conselho Universitário e dividiu opiniões na comunidade acadêmica já fragmentada pela crise do ensino e as mudanças sobrevindas da Reforma Universitária. Em pauta, prioritariamente, estava o projeto de reestruturação da universidade pública brasileira,

amplamente discutida em sua imposição legal, que em meio à tensão sociopolítica provocou reações contrárias à sua aplicação, como declarou o professor e membro do conselho, Manoel Correia:

[...] planos profundamente teóricos e inteiramente divorciados da realidade brasileira, o que a meu ver vai provocar, em lugar de melhoria de eficiência, uma determinação da universidade como centro de estudos e de pesquisas. Prevendo a série de problemas que advirá para a universidade e a diminuição de sua eficiência à proporção que a presente reformulação for sendo aplicada, quero me eximir de responsabilidades no futuro quando a universidade não for capaz de fornecer ao país em desenvolvimento os técnicos e os cientistas de que o país necessitará. Assim como cidadão. Como professor catedrático concursado e como conselheiro, participo dos debates sobre a reformulação apenas para diminuir, atenuar os males que a reformulação trará a esta universidade e conseqüentemente ao Nordeste e ao Brasil (CORREIA, Manoel apud ATA CONSELHO UNIVERSITÁRIO UFPE, 1967, p.106).

A realização da Reforma Universitária exigiu mudanças estruturais que envolveram, dentre outros aspectos, a reorganização das tabelas analíticas de distribuição do pessoal docente, a distribuição das disciplinas tanto na grade curricular, quanto na sua alocação junto aos novos respectivos departamentos e Centros Acadêmicos, e a distribuição dos Órgãos Suplementares, passando, claro, pela reforma filosófica e estatutária. O prof. Manoel Caetano levou adiante a ideia com o apoio do então Reitor Murilo Humberto de Barros Guimarães e “em fins de 1964 foi encaminhado o ofício ao presidente do Conselho Nacional de Telecomunicações – CONTEL, com a proposta de concessão de um canal que chegasse à UFPE” (ANDRADE, apud TVU 1998).

Partimos também para um compromisso pessoal com ele (o Reitor) no sentido de, estagiando em várias televisões nacionais, fazendo um programa de estudo de tudo o quanto existia de Televisão no país, produzindo até um *tape* nacional dublado em Inglês, a respeito das origens do Carnaval em Pernambuco, para podermos partir para uma segunda etapa de especialização nossa, que seria exatamente realizada em vários países do exterior (ANDRADE, 1999).

No dia 5 de novembro de 1965 foram discutidas, no Conselho Universitário, as exigências legais, impostas pelo CONTEL, para a implantação do canal educativo na UFPE, como constou no inciso “a)” da Ata do Conselho Universitário, página 23, desta data:

a) que a presente convocação foi feita em caráter de urgência, e em virtude da necessidade de proceder à reforma do Artigo 2º, inciso V da EUFP (Estatuto da Universidade Federal de Pernambuco), visando atender os planos de trabalho da Universidade através da criação de uma estação de televisão, que se encarregará de desenvolver atividades educativas. Para tanto, todavia, o CONTEL (Conselho Nacional de Telecomunicações) exige que conste do Estatuto da Universidade, de modo expresso, este tipo de atividade.

Na mesma reunião foi criada uma Comissão formada pelos professores Jônio Lemos, Gilberto Osório e Palhares Moreira Reis, para discussão da matéria e posterior submissão para aprovação final. Dentro do processo de reorganização estatutária

da UFPE, os Órgãos Suplementares, criados a partir de então, foram definidos de natureza técnica e cultural, do ponto de vista administrativo diretamente vinculados à reitoria e sem dispor de lotação de pessoal docente própria, estariam a serviço das unidades de natureza afim, para efeito de ensino e pesquisa e assistência técnica, dentre eles, a TV Universitária.

O retorno veio pelo assessor de Rádio e Televisão Educativa do MEC, general Taunay Drumond Coelho dos Reis, que garantiu a reserva do canal. E em 4 fevereiro de 1966, através do Decreto 57.570, o CONTEL cedeu a outorga de concessão do Canal 11 VHF, à UFPE.

O contrato entre o CONTEL e a UFPE foi assinado no dia 28 de fevereiro de 1966, tendo como representante do Governo Federal o Capitão-de-Mar-e-Guerra, Euclides Quandt de Oliveira; representando a UFPE, Manoel Caetano Queiroz de Andrade e pelo CONTEL, o Tenente Coronel Alvaro Pedro Cardoso Avilla (Chefe de Gabinete) e Lucy de Mello (Chefe do Setor de Atos da Divisão Jurídica). O contrato especificou:

*Clausula primeira* – fica assegurado a Universidade Federal de Pernambuco, o direito de estabelecer sem exclusividade na cidade do Recife, Estado de Pernambuco, uma estação de radiodifusão de sons e imagens (TV), destinada a executar o serviço de radiodifusão com finalidades educativas e culturais, visando aos superiores interesses do país e subordinada às obrigações instituídas neste ato.

Um *pool* de emissoras se desprende a oferecer equipamentos. Elas tomaram conhecimento da demanda através de edital de concorrência pública; para fornecimento e montagem, habilitaram-se as fabricantes das marcas Toshiba, Pye Co., Marconi e Mesbla. A comissão especial encarregada da apreciação das propostas formada por: Jânio Santos Pereira de Lemos (vice-reitor), Manoel Caetano Queiroz de Andrade, Jarbas Augusto Ribeiro Maciel e George Brown e assessorada por Nédio Cavalcanti (engenheiro eletrônico, formado pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA) e Gildarte Giambastiane da Silva (Oficial de Comunicações do Exército), indicou como vencedora a Toshiba.

[...] a Toshiba apresentou aparentemente mais dispendiosa. Todavia, a firma em questão, ofereceu igualmente um equipamento mais completo e com maior número de material sobressalente. [...] Desse modo, foi constatado que a proposta daquela firma era a mais econômica. Ademais além de vencedora, no que concerne à proposta, convém salientar que a aludida firma, após a concorrência e com auxílio do convênio japonês, ofereceu vantagens altamente proveitosas para a Universidade, tais como: sobressalentes para todas as peças do equipamento a ser instalado; fornecimento gratuito de 500 aparelhos de televisão à Universidade e, finalmente, no que concerne ao pagamento, as condições oferecidas pela Toshiba, foram: um (1) ano de carência e oito (8) de financiamento (ATA CONSELHO UNIVERSITÁRIO UFPE, 1966, p.146-147).

Na ocasião foi questionada se a oferta de peças sobressalentes feita pela Toshiba indicaria fragilidade na qualidade do material, os esclarecimentos a essa

questão vieram do engenheiro Nédio Cavalcanti:

Com relação ao grande número de peças de reposição cotado pela Toshiba, [...] demais propostas também constavam cláusulas especificando que 5% do total da proposta deveria ser investido na compra de material de reposição. Por outro lado, as peças mais utilizadas na manutenção de uma emissora de rádio e TV são resistores, capacitores e válvulas, sendo que as primeiras (resistores e capacitores) já são fabricados, em sua maioria, no Brasil e as válvulas do tipo americano são também encontradas na praça (quer importadas, quer fabricadas no Brasil) com relativa facilidade, e são estes tipos de válvulas que são utilizadas nos equipamentos Toshiba, pois a referida firma, utiliza circuitos da General Electric Americana. Com relação à manutenção dos televisores oferecidos, pela Toshiba, [...] os circuitos dos televisores japoneses obedecem ao mesmo sistema dos televisores americanos e, conseqüentemente, aos circuitos utilizados na maioria dos televisores nacionais e, deste modo, as peças de reposição serão encontradas na praça com facilidade, e, portanto, bastará um técnico devidamente capacitado para este fim (ATA CONSELHO UNIVERSITÁRIO UFPE, 1966, p.149).

Após a discussão da matéria, o Conselho Universitário aprovou por unanimidade a instalação da TV Universitária na UFPE, indicando neste ato uma supervisão e orientação da emissora. Para ilustrar a expectativa da comunidade acadêmica em relação à implantação de um canal de TV aberta, coube-nos resgatar a declaração do conselheiro Jorge Glasner:

No momento em que o Conselho Universitário da U.F.P. (UFPE) vota a instalação de sua TV, o representante dos professores adjuntos deseja fazer uma declaração de voto, na esperança de que esta Universidade ofereça às populações e às comunidades, esclarecimentos e cultura nas ciências, nas artes, na tecnologia e nas letras. Que este poderoso meio de difusão seja nesta Universidade, valioso subsídio à instrução e ao desenvolvimento. Que seja a esperança de milhares de pessoas, até então sem facilidades para o conhecimento da verdadeira ciência, da verdadeira arte e da tecnologia. Esta declaração de voto é também a esperança nas responsabilidades universitárias, no sentido de que, agora, tão preciosos meio sirva tão somente ao nosso soerguimento cultural, não permitindo deixar cair em esquecimento os grandes vultos do pensamento científico e artístico universal (ATA CONSELHO UNIVERSITÁRIO UFPE, 1966, p.149).

Quanto à dotação orçamentária que garantisse o pagamento dos equipamentos e demais despesas, foi solicitada verba própria para instalação da emissora e incluída nos orçamentos da UFPE de 1967 a 1970. Destacamos que cabe a cada universidade fixar suas diretrizes quanto à aplicação das verbas, através de seus planos de trabalho.

Os estudantes universitários aqui se revoltaram: Como é que vai trazer uma TV Universitária para aqui e a gente vai ficar sem verba para a saúde, vai ficar sem verba para engenharia, para eletrotécnica? E se revoltaram. [...] O professor Murilo Humberto Guimarães passou por poucas e boas com o alunado daquela época, que fazia greve, fazia revolta contra a TV Universitária, mas nem por isso ele deixou de manter a TV Universitária. Quando inaugurou, foi a primeira TV Educativa do país, depois vieram as outras TVs como a TV Cultura e outras afiliadas (CARNEIRO, 2014).

As divergências de opiniões também se manifestaram entre alguns professores da instituição não se restringindo ao alunado, como vimos na declaração do Prof.

Marcos Aguiar, registrado na Ata do Conselho Universitário, de 23 de agosto de 1968:

[...] a posição dos estudantes a respeito da Televisão Universitária é por demais conhecida, de modo que vota contra, não contra a proposta de louvor ao Magnífico Reitor, mas contra a orientação do governo no sentido de exigir Televisões Educativas e de dispensar verbas específicas para este fim, havendo problemas educacionais, no seu entender, muito mais urgentes. O presidente declarou que é justamente por causa desses problemas educacionais que a TVU deveria ser construída porque ela tem uma extraordinária função social, a saber, levar a cultura a toda a comunidade pobre que não pode ingressar na universidade, [...] em seguida, o presidente convidou a todos os conselheiros para visitar a TVU e renovou seu pedido de que sejam apresentadas sugestões para a programação da referida TV (ATA CONSELHO UNIVERSITÁRIO UFPE, 1968, p.121).

As etapas de realização do projeto foram registradas nos boletins oficiais da UFPE, descrevendo no Plano de Trabalho para 1967, desde a destinação orçamentária até o registro do andamento das atividades, como, por exemplo, a expectativa da comunidade acadêmica em relação ao encaminhamento das atividades, publicada no boletim de março de 1967:

A Televisão Universitária – TV CANAL 11 – cujos trabalhos já foram iniciados, é um dos mais importantes veículos de que a Universidade disporá, em breve, para os seus trabalhos de divulgação cultural e de educação em todos os níveis, primário, secundário, industrial e agrícola, com a colaboração de outros organismos de ensino – e universitário, com a participação de todo o seu corpo docente. Com sua implantação, a Universidade poderá levar a cerca de 30.000 ou 40.000 espectadores os benefícios que, atualmente, pode distribuir a cerca de 5.000 estudantes, isto somente se for considerada a área cultura de ensino superior.

De acordo com esse documento, os trabalhos da comissão de implantação atingiram os objetivos de sua primeira fase, “tendo concluído a concorrência do fornecimento do equipamento e iniciado a construção do edifício de estúdio e transmissores.”

Abrimos aqui um parêntese para destacar alguns detalhes em relação à aquisição do terreno onde foi erguido o prédio da TVU, que estão intrinsecamente ligados ao futuro da emissora e ao cenário sócio-histórico e político. A escolha da localização para a construção da TVU elencou alguns pontos importantes, que consideraram o terreno situado na Av. Norte, esquina com a Rua da Fundação, uma escolha estratégica. Um dos pontos foi a situação privilegiada de amplitude do sinal, observando-se também que

[...] em virtude de as torres do Canal 2 e do Canal 6, estações comerciais que funcionavam há cerca de oito anos, estarem próximas, o que permitiria ao telespectador, com um simples movimento do “seletor de canais”, escolher qual emissora desejar sintonizar (SANTANA, 2007, p. 96).

Outro ponto relevante foi o descarte da ideia de instalação da emissora no Campus, que implicaria no uso de um transmissor mais potente, houve limitações do Setor da Aviação também para instalação da antena para transmissão de micro-

ondas, por tratar-se de rota de aviões.

O terreno em questão pertencia ao Exército Brasileiro, como patrimônio da União. O Decreto 9.760, de 5 de setembro de 1946, que dispõe sobre bens da União, previa a mudança de titularidade, portanto, foi necessário a UFPE solicitar sua transferência do Ministério da Guerra para o Ministério da Educação. O processo percorreu um longo caminho, de maio de 1966 até janeiro de 1967.

A sua tramitação incluiu diversos setores do Ministério da Guerra, Ministério da Fazenda e Ministério da Educação e Cultura. O primeiro passo foi identificar e desmembrar o lote específico para transferência. Assim, em 11 de maio de 1966, o Diretor de Patrimônio do Exército, o General de Brigada Elysio Carlos Dale Coutinho, especificou em ofício do Ministério da Guerra (1966):

[...] versando sobre a transferência de jurisdição do Ministério da Guerra para o Ministério de Educação e Cultura, de uma área de terreno com 3.169m<sup>2</sup>, a ser desmembrada do imóvel cadastrado no Almanaque Cadastral dos Imóveis sob a jurisdição do Ministério da Guerra, sob o N<sup>o</sup> PE-0048-D – Anexo do Quartel Regional/7<sup>a</sup>, situado na Rua da Aurora, Bairro de Santo Amaro, Cidade de Recife, PE, com a finalidade de instalação de uma estação de televisão, para a Universidade Federal de Pernambuco.

Na época, o Chefe do Estado-Maior do Exército, Gal. Décio Palmeiro de Escobar, considerou de alta finalidade a utilização da área em causa, no Recife, e observou, no estudo em processo, entendimentos posteriores a 5 de abril de 1966, que a localização do local pretendido pela UFPE para construir as instalações da estação de TV – Canal 11, com seus estúdios, transmissores e antena, na área mínima necessária a essa finalidade se encaixava nas dimensões do terreno. A Diretoria do patrimônio do Exército notificou ao Comandante da 7<sup>a</sup> Região Militar, Antonio Carlos Muricy, que esse terreno se encontrava pendente de julgamento de embargos no Tribunal de Recursos, apostos por Júlio Carneiro Maranhão (conforme apelação cível n<sup>o</sup> 17761/62). Posteriormente, esses embargos foram rejeitados pelo Tribunal, desimpedindo a liberação do terreno.

Ainda no decorrer do processo, a Comissão Regional de Escolha de Imóveis avaliou o terreno em Cr\$ 391.332.480,00 (trezentos e noventa e um milhões, trezentos e trinta e dois mil, quatrocentos e oitenta cruzeiros). As etapas seguintes incluíram as aprovações e emissão de parecer a respeito.

Em Pernambuco, o Comando da 7<sup>a</sup> Região Militar manifestou-se favorável à transferência, por se tratar da montagem de uma estação de TV Educativa e não afetar o plano de obras, conforme descrito em ofício n<sup>o</sup> 16-SPR, de 19 de abril de 1966. A Diretoria de patrimônio do Exército e o Ministério da Fazenda também opinaram favoravelmente à cessão gratuita, com a ressalva de que esta seria anulada, se fosse dada ao terreno, no todo ou em parte, utilização diversa àquela a que se destinava, devendo nesse ocorrido, o terreno retornar ao Exército.

Dessa forma no dia 2 de janeiro de 1967, foi assinado o termo de Cessão

Gratuita do terreno acrescido de Marinha, situado na Av. Norte, esquina com a Rua da Fundação, com as seguintes dimensões, de aproximadamente: 77,00 (Norte – com Av. Norte) x 42,00 (Leste – com terreno sob a jurisdição do Ministério da Guerra) x 39,00 (Oeste – com rua da Fundação) x 79,50m (Sul – com terrenos acrescidos de Marinha, pertencente a terceiros, pretendido à Fábrica da Crush), numa área total de 3.169,00m<sup>2</sup> (conforme planta em anexo). O Termo de Cessão Gratuita (1967) especificou na Cláusula Terceira:

- a) O imóvel será utilizado na construção de uma emissora de televisão, com finalidades educacionais a cargo da ascensionária, constituído de estúdios, transmissores e antenas;
- b) A Cessão a que se alude este contrato tornar-se-á nula, independentemente de Ato Especial e sem direito a qualquer indenização, se ao terreno for dada utilização diversa da que é destinado; se dentro de 3 (três) meses não lhe for dada aplicação ou ainda, se ocorrer inadimplimento de cláusulas contratuais; [...]

O projeto arquitetônico original previu a construção 4,133m<sup>2</sup>, projetados para atender às necessidades operacionais, entre salas, oficina técnica, marcenaria/cenografia, biblioteca, *switcher*, *master*, ilhas de edição, videoteca, cinematografia, auditório, além de dois estúdios com capacidade para abrigar 375 pessoas. Os arquitetos Marlene Picareli, Valdecir Pinto e Antonio Didier, assessorados pelos engenheiros Alberto Maluf, Nédio Cavalcanti e Manuel Caetano Queiroz de Andrade, elaboraram a estrutura, projetada especialmente para atender às necessidades operacionais de uma emissora de televisão. Observamos que o prédio da TVU, em si, foi (e continua sendo) um marco da história da criação da TV Educativa no Brasil, seja no processo referente à doação do terreno, que envolveu os poderes da nação na época; ou no seu estilo arquitetônico e sua estrutura, caracterizada nas dimensões dos seus estúdios e divisões departamentais, registradas nas plantas originais de 1966.

“No início de 1968 começava o desembarque dos equipamentos no Porto do Recife, eram câmeras, transmissores, *video-tapes*, aparelhagem para película em 16 e 35mm, telecine e uma antena de 135 metros de altura, vindos do Japão” (ANGEIRAS, 1999), como destacou Otávio Carneiro, ex-servidor da TVU:

Eu comecei no barracão que ficava ali na Rua da Aurora (esquina com a Av. Norte) e a televisão começou tocando a obra, os equipamentos estavam vindo do Japão para a televisão que era o equipamento Toshiba e houve um naufrágio com o transmissor, com todo o equipamento e o seguro teve que mandar outro equipamento. Foi o primeiro transmissor valvular. Com esse transmissor passou-se quase 30 anos com ele no ar [...] (CARNEIRO, 2014).

Junto com o equipamento Toshiba do Japão veio também o engenheiro japonês Sakurai, acompanhado de sua família. Ele passou dois anos trabalhando com a equipe de profissionais brasileiros, na montagem e treinamento para utilização e manutenção de toda a parte de transmissão e operação da emissora, incluindo o

equipamento de Cinema, usado na época também para reportagens.

Embora já existissem aqui em Recife duas estações de televisão, a TV Jornal do Commercio e a TV Rádio Clube, já há oito anos, o número de técnicos nessa área de televisão de *broadcasting* era muito escasso e na realidade não havia nenhuma escola de eletrônica aqui. A própria Escola Técnica, naquela ocasião, não formava ainda técnicos em eletrônica, então, tivemos que realizar um treinamento durante sete meses para melhorar o nível de alguns técnicos, que naquela ocasião foram recrutados aqui em Recife, principalmente técnicos em conserto de televisão (CAVALCANTI, apud TVU, 1998).

Com a conclusão das obras de construção do prédio, começaram os testes de transmissão; e em 28 de julho de 1968, foi para o ar pela primeira vez, em fase de experimentação que durou até 21 de novembro, “o ainda hoje “milagre” da imagem e do som conjugados no mais poderoso Meio de Comunicação: a emissão de TV.”

Finalmente, no dia 22 de novembro de 1968, foi inaugurada a TV Universitária – Canal 11, “o braço mais longo da Universidade Federal de Pernambuco” (TVU, 1971), sob a direção geral do Prof. Manoel Caetano Queiroz de Andrade, um visionário que ousou pensar a escola fora da sala de aula. O evento foi muito prestigiado, com a presença do governador de Pernambuco Nilo Coelho, prefeitos de várias cidades do interior do estado, além de convidados especiais da área de educação e cultura, de organismos governamentais das esferas federal, estadual e municipal.

Vários programas constaram dessa programação, ao longo dos dias 22 e 23 de novembro, que foi encerrada com uma externa diretamente do Teatro de Santa Isabel, com José Maria Marques, Maria de Jesus Baccarelli, Guido de Souza, Vanda Lúcia, Tereza Cunha, Dolores Portela, Valdemar de Oliveira, Carmela Matoso, José Carrioni, Cussy de Almeida, Salomé Parisio, Vicente Cunha, Eliana Caldas e a Orquestra de Câmara da TVU, sob a regência do maestro Fittipaldi (SANTANA, 2007, p. 99).

A inauguração da emissora repercutiu na sociedade de forma positiva, como relatou, em entrevista à nossa pesquisa, a Prof<sup>a</sup> Maria de Jesus Baccarelli:

Muito moderna para a época, era uma televisão diferente das outras, porque era uma televisão preocupada com a parte educativa, com a parte de arte em si, e não tinha esse negócio de comercial, patrocínio não sei de quê, de fazer concessão a aquilo ou aquilo outro. Era uma televisão muito, não sei bem se o termo seria esse, era uma televisão pura. Quando a TV Universitária começou foi um impacto mesmo, porque todo mundo queria ver, foi um negócio! [...] Ela tinha uma boa estrutura técnica, os equipamentos eram os melhores que tinham, tudo muito bom. (BACCARELLI, 2014).

Analisando a implantação da TVU, destacamos que a outorga da concessão do canal foi concedida baseada na Lei 4.117, promulgada em 27 de agosto de 1962, e regulamentada em 1967, que rege a radiodifusão (ainda vigente). Essa regulamentação impôs restrições que caracterizaram a separação entre radiodifusão Comercial e Educativa, cabendo a esta última a transmissão de aulas, conferências e debates, ao mesmo tempo em que vetou a transmissão de propaganda e patrocínio.

A viabilização financeira das emissoras educativas se estabeleceu através do desenvolvimento de projetos mediante verbas oriundas de convênios, além de serem prioritariamente mantidas pelo orçamento da União.

Nos fatos observados durante a sua implantação, os direcionamentos transitaram pelo campo político, onde este “é pois, o lugar de uma concorrência pelo poder que se faz por intermédio de uma concorrência pelos profanos, ou melhor, pelo monopólio do direito de falar e de agir em nome de uma parte ou totalidade dos profanos” (BOURDIEU, 2000, p. 185). A força das ideias que ele propõe mede-se não pelo seu valor de verdade, mas sim pela força de mobilização que elas encerram. Isso se dá pela força do grupo que as reconhece, nem que seja pelo silêncio, na abstenção de opinião pessoal.

As batalhas ideológicas travadas durante a Reforma Universitária e as divergências de opiniões entre os “contra” ou “a favor” da criação da TVU na comunidade acadêmica, docentes e discentes, refletem que não é por acaso que a sondagem de opinião manifesta contradição entre dois princípios de legitimidade antagonistas, a ciência tecnocrática e a vontade democrática, alternando questões que convidam ao juízo de perito ou ao desejo de militante. Como afirmou Bourdieu (2000), “é o que faz com que o campo da política oscile sempre entre dois critérios de validação, a ciência e o plebiscito” (BOURDIEU, 2000, p. 185). “Afinal dirigir a palavra “ao poder” significa reconhecer-se também como poder e até mesmo contrapoder” (MONTENEGRO, 2007, p. 47), onde no palco das práticas discursivas o campo minado é atravessado.

Ao contrário do capital pessoal, inerente que desaparece com a pessoa do seu portador o capital delegado a uma autoridade política é produto da transferência limitada e provisória de um capital detido e controlado pela instituição. Desse modo, Bourdieu (2000) definiu o capital político como uma forma de capital simbólico, crédito firmado na crença e no reconhecimento, onde o poder simbólico “é um poder que aquele que lhe está sujeito dá àquele que o exerce” (BOURDIEU, 2000, p. 188). O registro da História Oral, obtido através das entrevistas, tornou-se elemento norteador para desdobramentos investigativos. Em alguns momentos percebemos que o resgate da memória foi imbuído do capital pessoal contido na subjetividade dos sentimentos de pertencimento ao objeto de estudo e à própria história.

Na instância federal, a legitimação do projeto nacional de Televisão Educativa concretizou-se a partir da iniciativa individual do professor universitário, e passo-a-passo foi assumindo contornos políticos nas inúmeras operações de trocas simbólicas. Na escalada dos degraus na hierarquia do poder, situaram-se o Conselho Universitário da Universidade Federal de Pernambuco e os respectivos órgãos públicos ligados às especificidades operacionais, da elaboração e realização propriamente dita, transitando pelos Ministérios da Educação e Cultura, das Comunicações, da Fazenda, da Justiça e Ministério da Guerra.

O modelo da TV Educativa adotado pela TVU, na prática, foi constituído

muito mais guiado pela experimentação, em alguns momentos distanciando-se do ideário teórico contido nas perspectivas até então teorizadas. A análise da grade de programação, que exibiu aulas do tipo telecursos, sincronizadas com as ações dos telepostos (pontos de recepção da TVU, com instalação de 500 aparelhos de TV) ou como complementação de currículo previsto nas LDBs citadas (com aulas de EPB e línguas estrangeiras, por exemplo), e os demais espaços ocupados por cultura, esporte e informação, como descreveu Luiz Maranhão Filho, a seguir, refletiram uma TV Educativa que nasceu, a exemplo das emissoras comerciais, copiando o modelo radiofônico:

Daí o primeiro modelo de TV-Universitária no Brasil não ter sido a rigor um “modelo educativo” e sim eclético. O recrutamento de toda uma equipe de profissionais no mercado de trabalho existente à época, as televisões comerciais de Pernambuco já em processo de esvaziamento diante do novo conceito de Rede que começava a nascer no Brasil por insinuação estrangeira, completou a distorção. E o público aceitou de pronto a nova televisão que fazia tudo o que as outras faziam sem ter o inconveniente dos intervalos de publicidade; música, teatro, programa de auditório, jornalismo, variedades e... eventualmente, algumas aulas (MARANHÃO, 1985, p. 2).

Os projetos de TVs Educativas surgiram da ideia de que mídias públicas massificariam a educação, onde se vislumbrou a criação de uma rede integrada de televisão educativa, capaz de interligar todo o território nacional. Atualmente a TVU, opera em rede ligada a Empresa Brasileira de Comunicação – TV Brasil.

## REFERÊNCIAS

ALENCAR, C., CARPI, L., RIBEIRO M. V. **História da Sociedade Brasileira**. Editora ao Livro Técnico, 14 edição.

ANDRADE, Manoel Caetano Queiroz de. CAVALCANTI, Nédio. PERNAMBUCO Imaginário – Programa 08, Recife, PE, TVU, 1998. Série de documentário do acervo TVU. (26':38"). Fita Betacam nº30/582.

ANGEIRAS, Maria Clara. TVU, **Canal 11 – A primeira TV Educativa do Brasil**. Editora UFPE, PE, 2018.

BACCARELLI, Maria de Jesus. Entrevista 09. Realizada na Rua Jornalista Edmundo Bitencourt, 75, Apto 103, Boa Vista, Recife, PE, em 11.09.2014.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro, RJ: Ed Bertrand, 2000.

CARNEIRO, Otávio José, M. Entrevista 02. Realizada na Rua Acapulco, 157 – Jardim Atlântico, Olinda, PE, em 22.01.2014.

LOPES, Cristiano A. **Regulação da radiodifusão Educativa**. Estudo março 2011, Consultoria Legislativa, Câmara dos Deputados, Brasília, DF, 2011. Disponível em:

<[www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/tema4/2011\\_63.pdf](http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/tema4/2011_63.pdf)> . Acesso em: 11.11.2014.

MARANHÃO, Luiz. **Breve Estudo Sobre a TV Educativa no Brasil**. Relatório de Reunião da Funtevê, Fortaleza, 1985.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **Seculum, Revista de História**. Janeiro/Junho, 2008.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. Petrópolis, Editora Vozes, 2012.

SANTANA, Jorge José B. **A Televisão Pernambucana, por quem a viu nascer**. Recife, Ed. Do Autor, 2007.

SOUSA, Paulo Dias de. Intercâmbio e Cooperação numa Política para a TVE no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v.52, n. 116, p. 291-299, out/dez. 1969.

SARAIVA, Maria Terezinha T. Organização e Planejamento para TVE. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v.52, n. 116, p. 262-272, out/dez. 1969.

TVU. Televisão Universitária. **Revista Marco e Amplitude nos Trabalhos da TVU** – Relatório 1971, Recife, PE, 1971 [19]p.

\_\_\_\_\_ Produção, ANGEIRAS, Maira Clara, Recife, PE, UFPE. Videodocumentário **30 Anos TV.**, Recife, PE. (15':00"). DVD.

\_\_\_\_\_ **Pernambuco Imaginário** – Programa 08, Recife, PE, TVU, 1998. Série de documentário do acervo TVU. (26':38"). Fita Betacam nº 30/582■

## **SOBRE A ORGANIZADORA**

**Luciane Pereira da Silva Navarro** - é jornalista formada pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2000), com mestrado em Linguagem, Identidade e Subjetividade, também pela UEPG (2014). É especialista em Direção de Arte pelo Centro Universitário Curitiba, Unicuritiba (2005). Com 23 anos de experiência em assessoria de comunicação, foi sócia da agência A4 Comunicação por 13 anos (2001-2014). Desde 2007, leciona nos cursos superiores de jornalismo e publicidade. Foi coordenadora do Curso de Pós-graduação em Comunicação Empresarial no Cescage (2013-2017). Atuou como coordenadora de marketing das Faculdades Ponta Grossa - Cescage (2014-2017). Atualmente, é Coordenadora de Comunicação da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Arte 41, 42, 85, 86, 99, 100, 103, 107, 109, 118, 124, 128, 129, 130, 131, 136, 139, 142, 143, 147, 152, 153, 161, 165, 204, 207, 213

### C

Canal 11 156, 160, 163, 165, 167

Censura 45, 78, 83, 89, 94, 157, 183, 185, 186, 187, 188, 191

Cinema 44, 85, 102, 103, 108, 109, 112, 121, 123, 124, 129, 130, 131, 132, 136, 137, 138, 139, 140, 142, 153, 165, 183

Comunicação 1, 2, 3, 4, 6, 8, 9, 16, 20, 23, 24, 25, 26, 46, 54, 55, 56, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 80, 83, 85, 86, 90, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 103, 105, 108, 112, 114, 115, 118, 132, 142, 143, 146, 147, 149, 150, 151, 155, 156, 158, 165, 167, 169, 180, 183, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 199, 200, 201, 202, 208, 210

Correspondentes brasileiros 183

Crise política 192, 203

### D

Dilma Rousseff 193, 196, 197, 203, 209, 211, 212, 213

Dispositivos móveis 62, 63, 66, 67, 68, 70

Documentário 123, 124, 127, 128, 129, 130, 131, 138, 140, 142, 143, 167, 168

### E

Educação 4, 9, 43, 49, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 90, 147, 156, 157, 158, 162, 163, 165, 166, 167, 168, 211

Evolução curricular 50

Expressão artística 97

### H

História 1, 2, 3, 4, 6, 8, 9, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 28, 39, 41, 43, 48, 49, 50, 54, 60, 63, 64, 74, 75, 78, 79, 80, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 91, 92, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 103, 110, 111, 112, 117, 120, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 133, 137, 138, 140, 141, 143, 144, 149, 151, 155, 156, 164, 166, 167, 168, 170, 171, 172, 173, 174, 176, 181, 183, 186, 190, 193, 203, 204, 206, 208, 213

Histórias em quadrinhos 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96

Historiografia 9, 21, 98, 125, 126, 170, 180

### I

Ilustração 138, 189

Imprensa 1, 2, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 37, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 59, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 87, 90, 96, 97, 98, 99, 102, 103, 111, 112, 113, 120, 132, 135, 136, 151, 170, 171, 175, 176, 177, 179, 180, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 197, 199, 200, 201, 210

Imprensa alternativa 190, 192, 193, 194, 195, 197, 199, 200, 201

Impresso 6, 20, 21, 37, 41, 45, 47, 49, 51, 56, 59, 79, 80, 100, 101, 103, 105, 110, 111, 169, 170, 172, 174, 176, 177, 199

## **J**

Jornais 2, 3, 5, 6, 11, 12, 15, 16, 17, 18, 19, 38, 39, 40, 41, 43, 46, 47, 48, 57, 74, 75, 77, 79, 80, 81, 82, 83, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 95, 96, 98, 99, 109, 110, 134, 136, 146, 147, 171, 174, 175, 176, 179, 180, 181, 184, 188, 189, 191, 193, 194, 195, 196

Jornalismo esportivo 37, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49

Jornalismo literário 114, 119, 121

## **L**

Lugar de memória 123, 124, 126, 127, 128, 129, 130

## **M**

Mato Grosso 62, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 112

Mato Grosso do Sul 74, 75, 79, 80, 81, 83, 112

Memórias 13, 92, 114, 115, 117, 118, 122, 126, 140, 141, 142, 186, 191

## **N**

Neopentecostalismo 192, 193, 197, 198, 201

## **O**

Orlando Brito 202, 203, 205, 206, 208, 210, 211, 212

## **P**

Pós-memórias 115, 117

## **R**

Radiojornalismo 50, 51, 54, 55, 57, 59, 60

Relações de poder 156, 158, 170, 172, 174, 175, 181

Representação social 169, 170, 172, 173, 174, 176, 177, 178

Revista Ocas 150, 155

Revista Piauí 205, 207, 208, 211, 212, 214

Revistas brasileiras 98, 106

## **S**

Segunda Guerra Mundial 87, 88

Street papers 145, 146, 147, 148, 154, 155

## **T**

Televisão 24, 25, 27, 35, 47, 55, 56, 57, 85, 89, 94, 99, 100, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 156, 158, 159, 160, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 196, 198, 199

Testemunho 132, 133, 134, 135, 136, 139, 140, 141, 144

TV Educativa 156, 157, 158, 161, 163, 164, 166, 167, 168

TV Universitária 156, 158, 160, 161, 165

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-605-8

